

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

THUANE BRITO DE MACEDO

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

ALGUMAS ESPECIFICIDADES E DESAFIOS

FLORIANÓPOLIS

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

THUANE BRITO DE MACEDO

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
ALGUMAS ESPECIFICIDADES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título de graduação em Pedagogia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientada pela Profª Drª Simone Vieira de Souza.

FLORIANÓPOLIS

2017

AGRADECIMENTOS

À minha família. Em especial aos meus pais, Valnice e Jerry, que não medem esforços para dar-me todo amor, apoio e preparo em todos os momentos da vida.

Ao meu irmão Thiago que amo e possuo eterno carinho e admiração.

Aos meus amados sobrinhos Ana Carolina e Arthur, que despertam a cada dia o melhor de mim.

À minha madrinha Jane e minha tia Jean que me apoiam e aconselham em todas as situações.

Minha vó Elza que me tem como filha e me ama incondicionalmente.

Ao meu padrinho Wolnei que é um sujeito admirável.

À minha amiga Bruna, meu avô Hamilton e tio Waldo, pessoas as quais carrego eternamente em meu coração e memória.

À Thamyres. Minha amiga-irmã, confidente e parceira desses longos anos de universidade. Sem seu apoio e amizade, esse tempo de UFSC não faria sentido algum.

Aos professores. Mestres que com carinho fizeram parte da construção e constante mudança do sujeito que sou.

À professora Simone que além de ser responsável pelo meu estágio de Educação Infantil, foi minha orientadora, e é um ser humano maravilhoso, e ainda que por pouco tempo, já a guardo com carinho na minha trajetória acadêmica.

E à turma 308^a que me acolheu na metade do curso. Turma esta que me fez entender o real significado de “turma”. Colegas que guardarei com todo carinho e consideração existentes no meu ser.

Obrigada.

Todo dia, o sol da manhã vem e lhes desafia.

Traz do sonho pro mundo

quem já não já não queria.

(Paralamas do Sucesso)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	1
1.1 Aproximações da Acadêmica Com a Temática -----	1
1.2 OBJETIVOS -----	3
1.2.1 Objetivo Geral -----	3
1.2.2 Objetivos Específicos -----	3
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS -----	4
2.1 A Criança, o Adolescente e o ECA -----	4
2.2 A Escola, a Formação do Professor e a Violência Sexual -----	7
2.2.1 Algumas Especificidades Sobre a Violência Sexual -----	8
3.MÉTODO E PROCEDIMENTOS -----	13
3.1 Revisão de Literatura: Análise das Revistas de Educação e Psicologia-----	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	25
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	28

1 INTRODUÇÃO

[...] Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer (FREIRE, 1999, p. 153)

1.1 Aproximações da Acadêmica Com a Temática

É sabido que a sociedade, nesse caso nos referimos a sociedade brasileira, é marcada por características que imprimem um tom diverso nos seus vários elementos constitutivos, ou seja, nos aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, educacionais, etc, bem como no modo como essas mesmas realidades são percebidas.

Dito isso, quando nos debruçamos sobre a estrutura da sociedade, observamos os sujeitos, suas leis, os grupos sociais, a educação, cultura, economia, espaços que estes sujeitos ocupam, modos de produção de violência – seja ela física, sexual, psicológica ou moral –, e quando nos aproximamos do fenômeno da violência, nos deparamos com uma realidade que se instala em todos os grupos e classes sociais. Alguns fatores, como, por exemplo, o machismo, a falta de segurança, as desigualdades sociais, as diferenças de gênero, a intolerância, limitações educacionais, e outros, são retratos recorrentes na nossa sociedade de uma violência personificada.

Sobre isso, Scherer (2000) no texto intitulado “A criança maltratada: uma revisão da literatura” cita as categorias de violências produzidas na sociedade, no ano de 1941, e expressas no Simpósio da Academia Americana de Pediatria

[...] as agressões foram caracterizadas e divididas em quatro categorias: violência física - realizada de forma direta (pontapés, bofetadas, beliscões, etc.), ou indireta (com instrumentos de castigo); abandono físico ou moral - não provimento de cuidados básicos como alimentação e higiene (físico) e não provimento de um lar (moral), deixando a criança na rua, exposta a sérios perigos como vícios e más companhias; exploração sexual - agressão sexual por um adulto; maltrato psicológico - agressão verbal, intimidação, insultos, que produzem sérios traumas psicológicos na criança (SCHERER, 2000. apud ZAPATA-VILLA, p.23, 1987).

Nesse trabalho de conclusão de curso, a pesquisa se volta para a violência e o abuso sexual de crianças e adolescentes. O tema se tornou destaque na minha formação, por se tratar de um assunto difícil de ser abordado e trabalhado, num período, também, delicado da aprendizagem e desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, se

somando a relatos de colegas e professoras que narram o receio – seja por vergonha ou medo –, de que ao tratar o tema, tenham que denunciar ou falar sobre o/a abusador/a.

No que se refere à relevância deste estudo, destaco a formação acadêmica que tive nos quatro anos e meio no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Nesse sentido, ressalto a insuficiência de estudos sobre a temática que possibilitasse, ainda que minimamente, uma aproximação com os assuntos voltados à violência sexual da criança e do/a adolescente – violência essa, presente no universo escolar, e muitas vezes, trazendo uma demanda específica aos trabalhadores da educação. Percebo, também, que há poucos trabalhos de conclusão de curso que abordam esta temática, o que reforça, mais uma vez, a necessidade de nos debruçarmos sobre o tema, já que como futuros profissionais da educação, ao atuarmos no “chão da escola”, possivelmente, estaremos em contato em algum momento do nosso exercício profissional com esse fenômeno da violência que acomete todas as camadas sociais.

Nessa direção, compreendemos que o tema diz respeito a toda sociedade, e, portanto, se torna urgente e necessário uma reflexão sobre as possibilidades de intervenção e encaminhamentos do(a) pedagogo(a) ao se deparar com uma suspeita e/ou relatos de estudantes que supostamente sofreram violência; para isso, pretendemos refletir sobre *como o estudo sobre a violência sexual de crianças e adolescentes poderá contribuir para o trabalho pedagógico dos profissionais da educação?*

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Compreender as implicações da violência sexual contra crianças e adolescentes, descritas em periódicos na área da Educação e da Psicologia.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar como o tema vem sendo tratado nos espaços de circulação e publicações acadêmicas;
- Propor uma reflexão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes que contribua para o trabalho pedagógico dos profissionais da educação.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Os corpos se entendem,
as almas não (Manoel Bandeira)

2.1 A Criança, o Adolescente e o ECA

Como forma de visibilizar os operadores conceituais que organizam o levantamento de nossa pesquisa e que, portanto, deram direção e fundamento ao estudo, destacamos como importantes categorias: a criança e o adolescente, a violência sexual, a escola e a formação do professor.

Dito isso, tendo como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – como reflexão inicial, compartilhamos: *O que é criança? O que é adolescente? Quais são seus direitos garantidos por lei?*

Segundo o ECA,

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. p.11).

Compreendemos a criança como um sujeito de pouca idade que se encontra inserida em diversos contextos sociais, históricos e culturais ao longo da humanidade. O que significa dizer que a existência de variadas culturas traz implicações e influências as variadas infâncias e crianças. Ao recuperarmos um pouco da história sobre a criança, observaremos registros nos quais a categoria criança não existia do ponto de vista de um sujeito com pouca idade, a criança era percebida como um sujeito que ainda não era, uma miniatura de adulto na sociedade. Na atualidade, o conceito que temos de criança se complexificou, nesse sentido, as crianças e as infâncias são marcadas e constituídas por trajetória de vida distinta, trazendo a compreensão de que a infância só pode ser compreendida no seu plural, como uma condição social de ser criança, como descreve Jucirema Quinterio.

Em síntese, compreendemos a partir da teoria vigotskiana que a criança e o adolescente, o sujeito, se constituem através de uma experiência que é cultural, social,

histórica, cognitiva, afetiva. Ou seja, se desenvolvem física e cognitivamente por meio dos cenários sociais e afetivos que estão inseridos.

De acordo com LAZARETTI (2006 - 2008):

É por meio de sua ação e em dependência das pessoas com quem ela está em contato que constitui seu modo de vida e este modifica, de acordo com a posição real que a criança ocupa, a partir da qual descobre o mundo das relações humanas. Portanto, seu desenvolvimento está condicionado pelo lugar efetivo que ocupa nestas relações (LAZARETTI, 2006, p. 3113).

Essa dependência que os sujeitos necessitam, ocorre desde sua fase recém-nascida – a qual depende integralmente da interação e mediação dos adultos –, a partir da sua linguagem emocional: sorrisos, choros, balbuceios. Para além desta dependência, afirmamos a importância das outras fases do desenvolvimento, segundo Elkonin:

Segundo Elkonin (1987), os principais estágios de desenvolvimento pelos quais os sujeitos passam são: comunicação emocional do bebê, atividade objetal manipulatória, jogo de papéis, atividade de estudo; comunicação íntima pessoal; e atividade profissional estudo (FACCI, 2004. p.67).

A partir disso, podemos perceber que o aspecto emocional é primordial e necessário ao desenvolvimento dos sujeitos. Portanto, situações que causem desestabilidade afetiva podem acarretar consequências ao indivíduo.

Segundo o ECA,

Art. 15.

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16.

O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – brincar, praticar esportes e divertir-se;

V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI – participar da vida política, na forma da lei;

VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17.

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18.

É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. p.12).

A categoria criança e adolescente como sujeitos de direitos é recente, contudo, apesar de contarmos com leis que as(os) protegem de eventuais vulnerabilidades, estamos muito longe de vivermos num ideal de sociedade não violadora de direitos!

Ao nos referirmos a partir de um marcador biológico, nesse caso, a idade, ou seja, crianças com até 12 anos incompletos, e adolescentes entre 12 e 18 anos, consideramos algumas especificidades relacionadas a esse momento do desenvolvimento importantes, como, por exemplo, o descobrimento do corpo, a sexualidade, a identidade de gênero, a constituição do sujeito, entre outras. Qualquer experiência mais danosa do ponto de vista da aprendizagem e do desenvolvimento da criança e do adolescente, envolvendo uma dessas áreas, poderá refletir na relação consigo, com as pessoas, com o meio, e com consequências que irão variar de acordo com inúmeros fatores, entre eles, rede de apoio, repertório emocional, social e cognitivo para lidar com as situações que configurariam violação de direitos.

Sabemos que o ECA, assegura-lhes direitos os quais não eram legitimados num tempo bem recente, o documento fora publicado no ano de 1990. O que significa dizer que muitos dos direitos que as crianças e os adolescentes possuem atualmente, não eram levados em conta no passado. Contudo, mesmo com a garantia desses direitos promulgada, ainda assim, acompanhamos inúmeros casos de violência moral e física contra crianças e adolescentes. O artigo 3º do ECA advoga que

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente p.11).

O ECA apresenta esses direitos como “*condições de liberdade e de dignidade*”, contudo, o Estado é a primeira agência, na maioria das vezes, a violar o estatuto na medida que deixa de cumprir com funções precípua de proteção, provisão e participação da criança e adolescente, sujeitos de direitos. A constatação de um cenário, onde quem deveria ser um garantidor de direitos, tem sido um violador desse, contribui para o crescente número de situações de violência contra crianças e adolescentes, e mais que isso, contribui para que essas cenas sejam naturalizadas nas ruas e nas casas das cidades, seguindo impune o violador, ora os adultos que convivem no entorno da criança e do adolescente, ora o Estado.

Diante disso, nos perguntamos: qual o caminho de garantia efetiva de um estatuto que se tornou referência no campo do direito à criança e ao adolescente? O extrato abaixo não deixa dúvidas de que há um Estado omissivo e violador na sua agenda com a criança e o adolescente:

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente p.11).

Ainda no referido documento – dentre os direitos que as crianças e os adolescentes possuem –, o ECA, para resguardar sua integridade, também traz explicitamente as formas de violação as quais estes não devem sofrer: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Considerando um tema que abrange variadas formas de violência (moral e física), identificamos no ECA um capítulo sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Afinal, *o que é considerado uma violência sexual? Como atender estas pessoas vulneráveis?*

Como indicação de um caminho, o ECA preconiza,

Art. 1º Os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social.

Art. 2º Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida.

Art. 3º O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços: I – diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas; II – amparo médico, psicológico e social imediatos; III – facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual; IV – profilaxia da gravidez; V – profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST); VI – coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia; VII – fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis. § 1º Os serviços de que trata esta lei são prestados de forma gratuita aos que deles necessitarem. § 2º No tratamento das lesões, caberá ao médico preservar materiais que possam ser coletados no exame médico legal. § 3º Cabe ao órgão de medicina legal o exame de DNA para identificação do agressor (LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013. Estatuto da Criança e do Adolescente. p. 80).

Importante destacarmos que, contrariamente, ao entendimento de senso comum, a violência sexual não se configura apenas quando há violação física de um sujeito, mas

se caracteriza, também, quando há abuso e agressão moral para com este. Outro dado importante diz respeito a sua prevalência, isto é, existe e é recorrente em todas as camadas sociais, embora associada de forma estereotipada as camadas populares.

2.2 A Escola, a Formação do Professor e a Violência Sexual

A partir da interface desse estudo, ganha destaque aqui um lugar social específico, a escola. A instituição escolar compreendida como um ambiente que, por si, agrega sujeitos de todas as classes, etnias, religiões e culturas, um cenário repleto de trajetórias de vida, e com diversificadas funções, entre elas, a função pedagógica, social, política (ARROYO, 2012; REGO, 2002).

Evidentemente, a escola não está descolada da sociedade que se insere, portanto, reproduz, no seu interior as contradições que está posta fora dela. Considerando a sociedade como um corpo social, constituído por leis, costumes, culturas, economia e regras, logo, sua organização é rapidamente reconhecida ao se adentrar os muros da escola (ARROYO, 2013). Dito isso, retomamos a ideia da função de instrução social exercida pela escola; afirmamos a defesa na direção de uma escola pública de qualidade para todas e todos, e para que isso ocorra, compreendemos a necessidade premente de se garantir condições de trabalho adequadas, espaços físicos apropriados, materiais de trabalho disponíveis e de qualidade, pisos salariais compatíveis com a profissão, etc. No que tange ao exercício de sua função social, entendemos que se faz necessário um corpo docente sensível e qualificado para atuar no espaço coletivo e diverso como se caracteriza o ambiente escolar. Nesse sentido, os profissionais da educação têm o compromisso ético-político de promover a autonomia dos estudantes, bem como acesso aos conhecimentos acumulados historicamente e uma formação cidadã (ARROYO, 2013, 2012).

Como já destacamos, no interior da escola encontram-se formas de organização alinhadas com a sociedade. É, também, de conhecimento de todas e todos que vivemos numa sociedade marcada por grandes desigualdades sociais, e, como desdobramento disso, nos deparamos com sujeitos/crianças e adolescentes com histórias de vida marcadas precocemente por violações de direitos. Quando essas vidas/histórias adentram a sala de aula, encontram algumas vezes, no(a) professor(a) a figura para “depositar” fragmentos de dores antigas, anunciando com isso, a necessidade de uma

formação mais além de sua área, um olhar sensível e empático ao que fora compartilhado socialmente pelo estudante, e, que muitas vezes, surge como o grito silenciado em forma de pedido de ajuda. Nessas situações, o apoio psicológico é imprescindível às vítimas de violência, e dependendo da gravidade e de possíveis traumas vivenciados a partir de suas histórias de violação, encontram-se impossibilitados de obterem experiências exitosas de aprendizagem e de desenvolvimento na trajetória escolar, assim como uma ameaça concreta de permanência na escola (AZAMBUJA, 2005).

2.2.1 Algumas Especificidades Sobre a Violência Sexual

Azambuja, em sua pesquisa realizada com estagiária de Psicologia Comunitária, discutindo as dificuldades no manejo dos maus-tratos infantis, traz uma importante contribuição aos estudos sobre a violência doméstica, em especial a violência sexual. Nela alguns relatos de pessoas que sofreram/sofrem todo o tipo de abuso dentro do próprio lar, desmistifica a ideia de que os abusos sexuais ocorrem somente fora de suas casas. A autora no artigo intitulado *Violência doméstica: reflexões sobre o agir profissional*, afirma que

Como um agravante à falta de espaço para a plena vivência da infância nas camadas populares, também existe a dura realidade do abuso sexual. Em diferentes momentos, escutamos mulheres relatando histórias de agressões cometidas por pais, padrastos, namorados, tios [...] (AZAMBUJA, 2005, p. 6).

Outro dado importante relaciona-se a uma questão de gênero. É sabido que a violência sexual atinge crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino, porém, a autora afirma que: “Todas elas carregavam uma marca muito profunda, como um fardo a mais na sua condição de mulher e de submissão” (AZAMBUJA, 2005, p.6). Há que considerarmos que estamos inseridos numa sociedade culturalmente misógina e machista, e que, portanto, somos afetados por essa cultura que encarcera corpos e gritos, que agiganta o medo das crianças e adolescentes do sexo feminino de denunciarem seus abusadores – que com frequência são pessoas próximas de suas famílias ou membros da própria família –, tais indicadores evidenciam como ser mulher dentro dessa sociedade carrega a marca de uma vulnerabilidade e fraqueza do papel feminino.

A autora apresenta, também, o aspecto do desamparo que algumas crianças e adolescente relatam ao se pensar nas figuras dos adultos que deveriam garantir sua proteção, como podemos observar numa das narrativas:

Quando criança eu era... como é mesmo o nome... masturbada pelo meu pai, ele ficava me passando a mão e colocando o dedo em mim. Tudo isso com uma arma na minha cabeça, a arma tava sempre carregada... credo, eu me lembro da cena até hoje [...] esses tempos até eu fui na casa dele e tinha uma menina lá, de doze anos, filha de uma amiga dele. A mãe vende ela até por 50 centavos! E me contaram que ele pagava para transar com ela. Quando eu ouvi isso me deu uma coisa, comecei a imaginar ela e era como se fosse eu, sabe... me lembrei de tudo que ele fazia [...] (AZAMBUJA, 2005, p.7).

Além de descrever uma situação que evoca a própria violência sexual, a pessoa que sofreu a violência e participou da pesquisa, compartilha sobre o possível abandono da menina que está na companhia do seu pai, e evidencia a negligência e omissão dos adultos, nesse caso, a mãe da menina de 12 anos. Dado que se torna comum nas histórias de crianças e adolescentes vítimas desta situação, que as faz permanecer, muitas vezes, reféns do abusador em função de outros adultos que não cumprem a função de proteger a integridade física, psicológica e social. Com isso, o cenário nos aponta que apesar de ser um problema recorrente na sociedade, a vítima de violência sexual tende, na maioria das vezes, a se recolher no seu sofrimento e acaba, por vezes, apresentando prejuízos no funcionamento psicológico.

Outra contribuição de Azambuja se refere aos profissionais que lidam com casos de abuso sexual, e que vai ao encontro de algo que nos mobilizou no estudo desse tema, qual seja, *“O profissional da área educacional possui preparo/formação para lidar com uma criança/adolescente, vítima de violência sexual? Quais as dificuldades encontradas para ajudar essas vítimas? Sobre isso, a autora apresenta alguns elementos que estão relacionados diretamente na dificuldade de manejo/trabalho com uma criança e ou adolescente em situação de violência sexual,*

Falta de preparo profissional – a maioria dos cursos de graduação não fornece informações básicas sobre o diagnóstico e o manejo de casos de maus-tratos;

Sigilo profissional – muitos profissionais se questionam se a notificação seria uma quebra do sigilo profissional (poucos sabem que tanto o Conselho Federal de Psicologia quanto o de Medicina permitem a quebra do sigilo nesses casos);

Transtornos legais - assim como os profissionais americanos, os brasileiros temem os transtornos legais que advêm da notificação (realização de laudos, prestação de depoimentos, comparecimento a audiências, etc.);

Dificuldades do próprio caso – casos que envolvem violência contra criança geralmente se mostram “pesados” e desgastantes para o profissional, pois a família pode não desejar ou dificultar a notificação;

Questões estruturais – a atuação dos conselhos tutelares, além de não ocorrer em todos os municípios brasileiros, muitas vezes é insatisfatória, pois contam com pouca infra-estrutura, formação heterogênea de conselheiros, grande demanda de serviços e precariedade de serviços de retaguarda para a execução de medidas aplicadas;

Cultura familiar – em nossa sociedade, a privacidade familiar é um valor de muita força, sendo que qualquer intervenção é tida como intrusiva e ofensiva à autoridade dos pais (AZAMBUJA, 2005, p.10).

Como podemos perceber, há dificuldades relacionadas tanto ao diagnóstico, quanto ao manejo de casos de violência sexual, que, por sua vez, remetem a formação do profissional que não os qualifica em questões fundamentais sobre o assunto, e ainda questões de ordem jurídicas e culturais. Com isso, reiteramos a relevância do tema na formação do Curso de Pedagogia. Como futuros profissionais da educação, e considerando que o período que incide a violência contra crianças e adolescentes se dá nos anos iniciais da sua escolarização, professoras e professores poderiam oferecer encaminhamento e suporte a demanda se tivessem formação para isso, além do mais, depois do primeiro grupo social que as crianças e adolescentes participam, nesse caso, a família, é a escola o lugar de pertencimento e de sociabilidade que ocupa lugar significativo em suas vidas, lugar onde passam boa parte de suas vidas e mantém vínculos afetivos com outros sujeitos pertencentes ao espaço.

Ainda sobre as dificuldades inerentes ao tema, Brino e Williams (2003) no artigo “Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil”, citam que uma das limitações em detectar a violência sexual em crianças e adolescentes se atrela ao fato de que essa não aparenta marcas físicas que sejam visíveis. Para as autoras, a formação do profissional em contato com a vítima do abuso, faz diferença quando este intervém de forma sensível e atenta, prevenindo que outros casos voltem a se repetir. Salientam ainda que, se por um lado, a formação profissional dos educadores é deficiente, por outro, possuem o compromisso com a integridade das crianças e adolescentes. Sendo assim, percebendo que a estrutura social a qual estes profissionais estão em contato é contraditória, dispõem-se a tarefa ética de prevenir que situações de violência sexual prossigam, apontando para a importância de estudos/espacos de capacitação, conforme afirmam:

A capacitação de educadores estaria contemplando a prevenção secundária, que tem como objetivo a detecção de crianças e adolescentes em situação de risco ao seu desenvolvimento, impedindo os atos violentos e/ou suas repetições, atuando em situações já existentes e prevenindo possíveis seqüelas. O que se pretende, em última análise, é a busca de soluções e intervenções para o grave problema da violência sexual e, após o convívio familiar, a escola mostra-se como situação ideal para detecção e intervenção junto aos casos de abuso sexual (BRINO, WILLIAMS, 2003, p.2).

Acreditamos que além do motivo da baixa e ou falta capacitação do profissional, a ausência ou quase nula de assuntos relacionados às questões de gênero, sexualidade e violência no espaço escolar (atualmente em total risco com os projetos de desmonte no país), tem contribuído para o crescente volume de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Com isso, refletimos sobre como o assunto é necessário e urgente. Se esse problema ocorre em todas as esferas sociais, é indispensável que a escola se pense como um espaço de abordagem sobre o mesmo, cabendo aos professores a apropriação e estudos necessários.

Ao se debruçarem sobre o currículo dos cursos superiores, Brino e Williams afirmam que “De forma geral, violência e sexualidade são temas pouco tratados nos currículos de cursos superiores ou na formação de professores” (2003, p.2), relatam existir evidências em estudos sobre a violência e o sistema educacional, e o possível oferecimento de elementos precisos para amenizar consequências atreladas a esta problemática. Portanto, ao que parece, falar sobre o tema da violência sexual no ambiente do ensino superior possibilitaria a superação de um peso/tabu que carrega na sociedade, bem como a garantia de um espaço efetivo para sua apropriação/compreensão e encaminhamentos adequados.

3. MÉTODO E PROCEDIMENTOS

A abordagem qualitativa parte do fundamento
de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito,
uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto [...]
(CHIZOTTI, 1998, p. 79)

O presente estudo embasou-se numa metodologia de caráter exploratório e de natureza qualitativa e se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de material já disponível. A pesquisa qualitativa tomou espaço na década de 70, nos países da América Latina para estudar os aspectos qualitativos da educação, já que os dados quantitativos não eram suficientes (GIL, 2002; MINAYO, 2009).

Para obter os resultados, a pesquisa qualitativa se apoia nos fenômenos, ou seja, valores, crenças, opiniões, atitudes e representações que o objeto de pesquisa venha apresentar. Além disso, este tipo de pesquisa reflete sobre a esfera social, e a essência do fenômeno, logo, é descritiva (TRIVIÑOS, 1987).

Por meio dessa pesquisa, pretendemos *compreender as implicações da violência sexual contra crianças e adolescentes, descritas em periódicos na área da Educação e da Psicologia*, para isso se investigou por meio de revisão bibliográfica, artigos que se aproximavam da temática nos espaços de circulação e publicações acadêmicas. Estes artigos foram selecionados a partir da leitura do sumário das revistas de Educação: “Educar em Revista”, “Educação & Pesquisa”, “Educação em Revista” e “Revista Brasileira de Educação”; e revistas de Psicologia: “Psicologia Clínica”, “Psicologia Ciência e Profissão”, “Psicologia em Estudo” e “Psicologia Escolar e Educacional”, entre os anos de 2015 e 2017, disponíveis na base de dados online - Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Foram encontrados sete artigos que possuíam em seu título descritores como violência, criança, adolescente, psicologia, abuso sexual. Após o levantamento dos títulos localizados nos sumários, realizamos análise dos artigos que se encontram organizados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Artigos científicos selecionados em Revistas de Educação:

Identificação do artigo	Título do artigo	Revista	Autor(es)	Ano	Volume	Número
1	–	Educar em Revista	–	–	–	–
2	- Violências e direitos humanos em pesquisa com Crianças	Educação & Pesquisa	Constantina Xavier Filha	2016	42	1
3	- Considerações sobre afetos e violências no espaço escolar: conversações com professores	Educação em Revista	Marília Etienne Arreguy & Luciana Gageiro Coutinho	2015	31	3
4	- Por uma didática clínica: Psicologia da Educação nas Licenciaturas		Merie Bitar Moukachar & Sérgio Dias Cirino	2016	32	3

5	- Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública	Revista Brasileira de Educação	Priscila Mugnai Vieira & Thelma Simões Matsukura	2017	22	69
---	--	--------------------------------	--	------	----	----

Fonte: Elaboração da autora, 2017.

Quadro 2 – Artigos científicos selecionado em Revistas de Psicologia:

Identificação do artigo	Título do artigo	Revista	Autor(es)	Ano	Volume	Número
1	-	Psicologia Clínica	-	-	-	-

2	- Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento	Psicologia: Ciência e profissão	Jean Von Hohendorff & Silvia Helena Koller	2015	35	1
3	- O Olhar de Mães acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido por suas Filhas		Joana Azevêdo Lima & Maria de Fátima Pereira Alberto	2015	35	4
4	- Notificação da Violência: Percepções de Operadores do Direito e Conselheiros Tutelares		Suane Pastoriza Faraj & Aline Cardoso Siqueira	2016	36	4
5	-	Psicologia em estudo	-	-	-	-
6	-	Psicologia escolar e Educacional	-	-	-	-

Fonte: Elaboração da autora, 2017.

3.1 Revisão de Literatura: Análise das Revistas de Educação e Psicologia

A partir da leitura dos sumários das revistas de Educação: *Educar em Revista*, *Educação & Pesquisa*, *Educação em Revista* e *Revista Brasileira de Educação*, disponíveis na SCIELO, foram encontrados **quatro** artigos que se aproximavam da temática. Na pesquisa e leitura das revistas de Psicologia: *Psicologia Clínica*, *Psicologia Ciência & Profissão*, *Psicologia em estudo* e *Psicologia Escolar e Educacional*, foram encontrados **dois**, totalizando **seis** artigos no período de 2015 a 2017 para posterior análise. Os materiais selecionados nas revistas se relacionam com o tema central deste estudo e oferecem visibilidade aos objetivos previamente estabelecidos.

Analisando os sumários das referidas revistas e período, podemos perceber um número relativamente pequeno de pesquisas na área. Entretanto, alguns estudiosos se debruçaram na temática sobre a violência sexual e/ou assuntos próximos a ela, contribuindo com reflexões importantes.

No artigo de Xavier Filha, publicado no ano 2015, intitulado “Violências e direitos humanos em pesquisa com crianças”, a autora apresenta detalhamento de uma pesquisa sobre a violência sexual, com crianças de 12 e 13 anos, do Mato Grosso do Sul, ancorada em teóricos que discutem questões de gênero e compreensão do conceito de violência e suas facetas. Em síntese, a autora demonstra que as crianças inicialmente tinham poucos argumentos para falar sobre as situações de violência presenciadas, e que gradativamente foram pensando a respeito, assim como a própria condição de serem ouvidas. Afirma ser perceptível a fecundidade das discussões sobre as temáticas da violência e dos direitos humanos, observando que as crianças gostariam de discutir esses assuntos; contudo, nem sempre há espaços para isso, sobretudo na escola. A autora compreende a violência como:

[...] produto de um sistema complexo de relações, historicamente construído e multifacetado, que envolve diferentes realidades de uma sociedade (familiar, social, econômica, ética, jurídica, política etc.), produzidas em uma cultura, permeadas por valores e sentidos culturais (XAVIER FILHA, 2015, p. 1574).

Avalia que a violência não se dá apenas como consequência de uma ação, mas resultado de relações entre sujeitos e costumes ao longo da história da humanidade. O que significa dizer que, o que atualmente é considerado violência, em épocas passadas poderia tratar-se somente de características de uma determinada cultura, além do

próprio sentido que é impresso por algumas culturas em relação a determinados comportamentos. Por exemplo, sabemos que a categoria criança e adolescente nem sempre existiram, e como tal, se havia legitimidade para sua exploração na sociedade sem que isso configurasse algum ato de violação contra as mesmas. Afirma que:

Só muito recentemente as pessoas passaram a denunciar casos de violência contra crianças. Aprendemos comumente que o lar é um espaço inviolável e que a família é a única responsável pela educação e cuidado das crianças, e soberana nesses quesitos. Somente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) essas representações aos poucos foram se dissipando, em particular pelo artigo 4º, que declara ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Este artigo, e outros, asseguram que não cabe somente à família cuidar dos direitos da criança e velar por eles; essa é uma tarefa e obrigação de toda a sociedade. Apesar disso, ainda há crianças barbaramente violentadas em seus direitos, inclusive por omissão da sociedade (XAVIER FILHA, 2015. p. 1575-1576, apud. GUERRA, 1998).

Por serem pessoas vistas historicamente como sujeitos de pouca idade e experiência, as crianças e adolescentes passaram muito tempo em nosso país e ao redor do mundo, por situações que as violavam, não tendo direito sobre seus próprios corpos. Enquanto isso, a violência nas suas variadas formas ocorria a todo o momento, e ainda acontece, porém, estes sujeitos conquistaram através de avanços históricos e sociais o direito de serem preservados e protegidos, respeitando assim, suas respectivas fases da vida – pelo menos no que tange a garantia de um estatuto próprio.

A autora segue problematizando sobre os tipos de violências que acometem as pessoas, sendo estas de ordem física e psicológica, bem como negligência e omissão também considerados formas de violência contra crianças e adolescentes, por exemplo, “na situação de negligência, o que está em foco é a relação de omissão da figura parental que se traduz em descuido, rejeição e indiferença para com a criança” (XAVIER FILHA, 2015. p. 1575).

As questões de gênero abordadas por Xavier Filha reafirmam o enlace do tema com uma sociedade hegemonicamente masculina, e que apesar de se localizar em ambos os sexos situações de violência sexual, a parcela de crianças e adolescentes do sexo feminino é maior se comparada à masculina. Em uma atividade realizada com as crianças/participantes da pesquisa, objetivando buscar elementos para se saber como os meninos e as meninas diziam cuidar do próprio corpo, as respostas obtidas descreveram: “As meninas listaram o uso de cremes e demais cuidados físicos, visando, sobretudo à beleza; os meninos, de seu lado, apresentaram alguns cuidados de higiene e o cuidado

do próprio corpo para evitar ser tocados e, se isso acontecesse, poderiam buscar ajuda” (XAVIER FILHA, 2015. p. 1578). Dados que nos chamam atenção consideravelmente. É perceptível a cultura que vai imprimindo no universo feminino, desde cedo, a valorização de um corpo que esteja bem cuidado, bonito, enquanto que aos meninos, a marca se dá na priorização de sua higiene, mas, também, na direção de proteção dos seus corpos para que não sejam tocados e o que devem fazer, caso isso ocorresse. Saffioti citada por Xavier Filha analisa a violência sexual de gênero com base na construção social de uma masculinidade hegemônica, e para Xavier Filha:

Embora a autora não descarte a hipótese de que, em alguns casos, a questão da violência sexual possa ser explicada pelo que se denomina de pedofilia, para ela, na grande maioria dos casos, o que leva muitos homens a abusarem de meninas ou mulheres diz respeito à sua constituição de gênero, com base em princípios de uma educação a partir do que se convencionou ser ideal de homem-macho. A autora também é enfática ao afirmar que parte da sociedade é complacente com a violência praticada por homens contra as mulheres, até mesmo com os homicídios delas (XAVIER FILHA, 2015. p. 1579).

As considerações trazidas pela autora confirmam um universo bastante familiar a todas e todos nós. Conhecemos e sabemos identificar quando estamos diante de comportamentos sexistas, machistas e misóginos, comportamentos “perpetuados” e que privilegiam o *modus operandi* dos sujeitos do sexo masculino. Talvez, possamos inclusive pensar numa relação existente entre o Brasil e o índice de estupro, violência doméstica, feminicídio, misoginia transfobia, homofobia, entre outros, que coloca o país num ranqueamento com grandes taxas registradas contra essas populações. Cotidianamente, acompanhamos uma cultura que machuca (fisicamente e psicologicamente), deixa marcas e mata. Os homens crescem ouvindo e reproduzindo discursos e ações machistas que produzem prejuízos a todas e todos.

Outra dimensão importante para compreender a violência sexual de crianças e adolescentes, segundo a autora, é a relação de poder apresentada por parte do abusador sobre a vítima. Xavier Filha, citando Foucault, faz uma comparação sobre as relações de poder relembrando a época da escravidão “O autor ressalta que, numa condição de escravidão, não há relação de poder, pois o sujeito encontra-se acorrentado, coagido” (XAVIER FILHA, 2015. apud. p. 1575, FOUCAULT, 1995).

O artigo “O Olhar de Mães acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido por suas Filhas”, se detém nas concepções das mães acerca do abuso sexual sofrido por suas filhas. Lima & Alberto (2015) problematiza a partir dos seus achados que as mães

expressam a compreensão sobre os abusos das filhas narrando: as características desses, suas concepções de abuso e do lugar de mãe diante do fato, e partem de experiências pessoais para compreenderem a situação do abuso praticado contra a filha, e, assim, protegerem. Como forma de ilustrar o que um abusador busca nas crianças e adolescentes para a prática da violência sexual, a autora ressalta objetivamente que:

O intuito do abusador é buscar o prazer sexual com quem vítima e, para isso, pode se servir de jogo de sedução e de ameaças, formas de garantir o sucesso em suas investidas. Esta forma de violência caracteriza-se por ser uma transposição de limites de direitos humanos, de papéis, de regras sociais, familiares e ainda de tabus (LIMA & ALBERTO 2015. p. 1158).

É comum na prática da violência sexual contra crianças e adolescentes, formas sutis de aproximação para que a vítima se sinta atraída, se tornando facilmente o objeto de desejo do abusador, também é sabido que o momento em que ocorrem os abusos não se dê somente na rua ou com um estranho como algumas pessoas imaginam, contrariando essas leituras, muitas cenas de abuso se dão dentro dos lares de origem das crianças e dos adolescentes. A autora menciona sobre o momento propício para a prática do abusador, que se configura pela ausência das mães das vítimas.

Todos os abusos sexuais relatados aconteciam em períodos em que as mães estavam ausentes do local onde ocorrera, por motivos como: estarem trabalhando, saírem para se divertir, não residir com a filha (estando esta morando com o pai ou outros parentes como tios, avós etc.) e, em seis delas, devido ao fato da criança ou do adolescente estarem visitando outros parentes (LIMA & ALBERTO, 2015. p. 1163).

O modo com que os abusadores “silenciam” as vítimas em sua totalidade se dá por meio de ameaças constantes, colocando em jogo a integridade física ou moral das pessoas que as crianças e/ou adolescentes possuem fortes laços afetivos ou a integridade da própria criança ou adolescente.

Quanto à forma que ocorreu o abuso, todas as mães referiram que os abusadores se valeram de ameaças que envolviam os parentes das meninas, tendo como principal alvo as mães. Segundo o relato das participantes, as filhas referiram tais ameaças às mães como sendo motivo central para a não revelação da violência. Acrescentaram que as filhas ficavam com medo de que os agressores cumprissem as ameaças de fazerem mal à família delas, principalmente de lhes matar a mãe. No entanto, as entrevistadas revelaram que, antes da efetivação das ameaças, os vitimadores tendiam a se valer de meios de sedução, oferecendo presentes às meninas, como dinheiro, acessórios e roupas novas (LIMA & ALBERTO, 2015. p. 1163-1164).

O ensaio de Von Hohendorff, Koller, Silvia e Habigzang (2015), “Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento fala sobre os efeitos patológicos causados a vítima de violência sexual e o baixo índice de encaminhamento para o serviço público de psicoterapia”, os autores abordam a garantia de acesso a psicoterapia de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público, de um lado, e de outro, os índices baixos nos referidos encaminhamentos. Como forma de dar visibilidade ao grave problema das denúncias, os autores afirmam:

No Brasil, o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Brasil, 2010), por meio do Disque Direitos Humanos (Disque 100), recebe notificações de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de todo o país. Periodicamente, tal programa divulga relatórios com informações sobre as notificações de violência sexual, sendo essa iniciativa uma das únicas sistematizações de dados epidemiológicos no Brasil. No entanto, esses relatórios incluem casos nos quais não há confirmação de violência sexual (i.e., suspeitas), sendo os resultados enviesados por esse motivo. Entre maio de 2003 e março de 2010, os dados divulgados evidenciam a predominância de casos de meninas vítimas de violência sexual em âmbito nacional. Dentre as 214.689 vítimas com sexo informado registradas nas notificações de violência sexual, negligência, violência física e psicológica, o percentual que mais diferiu entre as vítimas do sexo masculino e feminino foi no índice de violência sexual. Apenas a porcentagem foi divulgada, sendo 38% para o sexo masculino e 62% para o sexo feminino. Especificamente sobre os registros de violência sexual foi verificado que em todas as modalidades apresentadas (i.e., exploração sexual, tráfico de crianças e adolescentes, abuso sexual e pornografia), as vítimas do sexo feminino foram em maior número, obtendo o índice de 82% nas ocorrências de exploração sexual. Nas situações de violência sexual e pornografia, as vítimas do sexo masculino apresentaram aumento, mas ainda foram em menor porcentagem (30%) do que as de sexo feminino (70%) (VON HOHENDORFF et al, 2015, p. 185).

Quando se refere à violência sexual, não se reduz esta somente ao sexo forçado, mas, também, a pornografia que com facilidade é publicizada em redes cibernéticas fazendo com que a identidade do usuário desta ferramenta possua anonimato, e com isso o “livre” acesso ao meio, a exploração sexual que em grande parte é praticada por adultos sobre crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade afetiva, econômica e social, e a pedofilia que assim como o estupro, e apesar de serem conceitos diferentes, têm o mesmo intuito por parte do aliciador: o poder sobre a vítima.

As questões de gênero são fortemente marcadas nas pesquisas, como já fora expresso em estudo anterior, ou seja, se reafirma que a violência é ainda maior contra crianças e adolescentes do sexo feminino. As marcas de uma sociedade patriarcal, de uma venda cultural no qual o papel da mulher é vinculado a objeto de desejo, de que

corpão, peito são “caças bem adjetivadas” pelos predadores machos, legitimam as doses de uma cultura excludente e violenta a mulher.

Com isso, é possível afirmar que a cultura e estrutura social têm sido sensivelmente prejudiciais as vítimas de violência sexual. No que se refere a dimensão da proteção: é frágil quando se considera o nível de exposição que tal prática evidencia, em seguida, o medo mobilizado ao ter que falar sobre a ocorrência, e, muitas vezes, ainda serem julgadas por seduzirem seus abusadores. E, como se não bastasse tudo isso, o sistema não prevê uma política consistente que acolha os sujeitos violentados, considerando desde a compreensão/entendimento dos casos até uma possível padronização necessária aos serviços prestados.

Segundo Von Hohendorff, Koller, Silvia e Habigzang (2015), as vítimas de violência sexual podem expressar sua dor de formas diversas.

As consequências da violência sexual ocorrida na infância ou adolescência indicadas pela literatura são variadas, sendo as mais comuns, para ambos os sexos: ansiedade, raiva, dissociação, problemas interpessoais, além de psicopatologias como abuso de álcool e substâncias, depressão, transtornos alimentares, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno do estresse pós-traumático e transtorno de personalidade borderline (VON HOHENDORFF et al, 2015. p. 185).

Na direção de pensar metodologias de cuidado as crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, Arreguy e Coutinho (2015) versam sobre o modelo de “pesquisa- intervenção” no artigo denominado “Considerações sobre afetos e violências no espaço escolar: conversações com professores”. Dentro de uma perspectiva psicanalítica no contexto educacional as autoras criaram espaços de conversa com professores(as) de uma escola pública, com o objetivo de criar condições para se falar sobre o mal-estar no cotidiano escolar, como os relacionados aos afetos, à violência e às questões da autoridade. Em síntese, o artigo aborda o desejo presente no espaço escolar e suas facetas sociais e institucionais, sua relação com a violência para além da escola, e como produto de uma experiência social. Sobre essa relação da violência/afetos com o que está fora da escola, às autoras descreveram:

Em uma das reuniões, um determinado professor relatou o caso de um aluno que sempre o tratava com hostilidade, mesmo que ele nada tivesse feito à criança. A raiva expressa que o menino demonstrava fez com que o educador parasse para questioná-lo sobre a violência gratuita com que o tratava. No momento em que o professor argumentou que nunca havia feito nada que prejudicasse o menino, questionando-o de forma leve e branda, o aluno

começou a chorar, demonstrando que o ato do professor teve para aquele aluno o valor de uma intervenção capaz de interromper um ciclo repetitivo de ódio sem endereçamento e sem possibilidade de acolhimento (ARREGUY, 2015. p.286).

Neste contexto a violência gratuita com que a criança tratava seu professor poderia ser consequência/resposta de fatores psicológicos. Ou seja, a estratégia que estava utilizando para aplacar o que mobilizava, se constituiu num sentimento de raiva direcionada ao professor; este (o professor) por sua vez, atento ao que vivenciava no grupo de pesquisa se aproximou de forma cuidadosa e consciente da criança/estudante questionando sutilmente o motivo de sua ação. Como resposta desse movimento, o estudante se “desarmou” diante de alguém que escolheu acolher a criança que estava ali.

Na pesquisa “Notificação da Violência: Percepções de Operadores do Direito e Conselheiros”, Faraj, Sigueira e Aspirmi (2016), a partir de estudos sobre a violência sexual envolvendo crianças e adolescentes, realizado com três conselheiros tutelares, um delegado de polícia e um promotor e justiça, por meio de entrevistas individuais, indica que a notificação da violência envolve procedimentos como a aplicação de medidas protetivas e a investigação policial. Nos resultados encontrados se evidencia um aumento de casos notificados pela ferramenta do disque 100, em detrimento do pequeno índice de notificações via profissionais de saúde e educação. O estudo teve como mote o conhecimento dos procedimentos, bem como percepções de profissionais que atuam nos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) quanto à notificação da violência envolvendo crianças e adolescentes. Os autores destacam a importância de se promover conscientização – da sociedade em geral e de profissionais –, acerca da notificação da violência para que, assim, as instâncias competentes possam investigar as referidas notificações e encaminhar as providências necessárias em busca da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Sobre o fluxo do disque denúncia, advogam os autores que:

Na atualidade, o disque denúncia é um serviço de abrangência nacional que recebe notificações de violência (física, psicológica, sexual e negligência), especialmente envolvendo crianças e adolescentes, através de ligação telefônica, carta e internet. O serviço é operacionalizado a partir de diferentes níveis e área de execução, divididos em central de atendimento, central de encaminhamento e central de monitoramento. Na central de atendimento, as notificações são recebidas e registradas por teleatendentes, as quais podem encaminhar as ligações para a escuta especializada quando necessário. Nesta central, as notificações são conferidas e analisadas por monitores e repassadas para a central de encaminhamento. Esta comunica a situação de violência ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e a outros órgãos avaliados como competentes para a resolução da situação. Após estes

procedimentos, os casos são acompanhados pela central de monitoramento, que é responsável pelo acesso do notificante às informações acerca da notificação, assim como pela organização e sistematização de dados estatísticos referentes ao serviço. É importante destacar que os casos devem ser encaminhados aos órgãos competentes em no máximo 24 horas e, em até 48 horas, um ofício deve ser emitido ao Ministério Público para que este acompanhe as ações do Conselho Tutelar que atua no local de origem da notificação. As medidas tomadas pelos órgãos competentes são acompanhadas por uma equipe do disque 100 (FARAJ et al 2016, p.909)

Percebemos como uma importante contribuição da pesquisa a possibilidade de ampla divulgação dos procedimentos para denúncia de situações caracterizadas como violência contra crianças e adolescentes, entre elas, a violência sexual, bem como as medidas protetivas preconizadas.

Moukachar e Cirino (2016), no artigo “Por uma didática clínica: psicologia da educação nas licenciaturas” oferece relevância no que tange a discussão sobre a formação de professores, portanto, o tema não está diretamente relacionado com as questões foco deste estudo, mas a escolha por mantê-lo como leitura de análise se deu pela problematização da formação de professores e a contribuição do conhecimento psicológico para a formação. O artigo versa, especificamente, sobre a formação de futuros professores nos cursos de licenciatura e a Psicologia como área de conhecimento que pode contribuir efetivamente com esse caminho formativo. Nesse sentido, a clássica pergunta nos cursos de licenciaturas sobre “*como ensinar e se relacionar com os estudantes, sobretudo, os que “escapam” da norma?*” poderiam ter garantia de amplo debate. Como um possível indicador de caminho, os autores apontam o que denominam de didática clínica para o ensino de Psicologia, a formação docente e a dimensão socioafetiva nessa formação, chegando a conclusão de que, nessa disciplina, não basta trabalhar a perspectiva técnica, mas também “na formação pessoal do sujeito-aluno, futuro professor, para a prática na sala de aula, no mundo atual” (MOUKACHAR, CIRINO, 2016, p. 293).

No artigo “Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública”, de Vieira e Matsukura (2017) – identificou algumas práticas de educação sexual com adolescentes desenvolvidas nas escolas públicas, se investigando qual a concepção dos professores envolvidos a respeito do tema. Salientando como abordar a temática no currículo escolar e quais materiais podem ser utilizados, além de eventuais instrumentos e/ou ferramentas que os(as) professores(ras) venham utilizar para ilustrar o conteúdo. Como achados da

pesquisa, identificam duas categorias de análise intituladas modelo biológico-centrado e preventivo e modelo biopsicossocial, e que dos(as) professores(ras) entrevistados(as), seis utilizam o modelo biológico-centrado e preventivo, e quatro, o modelo biopsicossocial; concluem sobre a necessidade de avanços, sobretudo, no que se refere à autonomia dos indivíduos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os corpos-infância interrogam a pedagogia e a docência.

Como ouvir suas mensagens?

Exigem outros tratos, outras pedagogias dos corpos?

(Miguel Arroyo)

A partir da revisão de literatura e análise dos artigos, destacamos alguns aspectos quanto ao tema “*Violência sexual contra crianças e adolescentes*”. Na direção de compartilharmos algumas sínteses reflexivas descrevemos o que para nós permaneceu como inquietações, convocações, impotências, enfim... compreensão de um percurso que nos faz registrar realisticamente o cenário frágil, no que se refere ao acolhimento e cuidado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Há uma lacuna¹ entre o número de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual², e a ampla divulgação, assim como o funcionamento de medidas preventivas e fluxos nos órgãos atrelados ao Sistema de Garantia de Direitos. Dito isso, destacamos a necessidade urgente de políticas de serviço e redes protetivas, entre elas, a escola, como forma de garantir espaços formativos sobre gênero, sexualidades, formação cidadã, direitos, com ênfase no cuidado dos corpos e sua proteção.

Sendo a escola uma instituição de potência social, com o compromisso, além de repassar os conhecimentos sistematizados e acumulados historicamente pela sociedade, também, o de criar espaços de sociabilidade entre os sujeitos, compreendemos como parte de sua tarefa, se tornar um ponto de referência e rede de apoio aos estudantes no seu processo de escolarização.

Como destacamos, a escola está num diálogo estreito com a sociedade, nesse sentido, não deve se furtar a olhar de forma sensível para os sujeitos/estudantes e seus pedidos, inclusive os que estão silenciados por conta de ameaças e/ou situações de traumas a que estão submetidos. Como expresso por Arreguy e Coutinho (2015) na pesquisa sobre afetos e violências no espaço escolar, o(a) professor(a) pode produzir encontros em sala de aula que caminhem na direção do cuidado das crianças e dos

¹ Segundo Von Hohendorff, Koller, Silvia e Habigzang (2015) os dados epidemiológicos acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes são difíceis de serem obtidos devido: - à falta de sistematização das informações; - ao panorama de subnotificação desse tipo de violência; - falta de preparo dos profissionais e dados baseados em notificações (não abrangendo a totalidade de ocorrências de violência sexual, há casos que não são notificados).

adolescentes com os quais trabalham. Por isso, capacitar os docentes para lidar com comportamentos perceptíveis, assim como os que estão menos aparentes, a partir de formação específica sobre os vários temas que constituem a vida e os cenários onde ela se dá, pode, efetivamente, contribuir com a localização e compreensão de encaminhamentos quando se fizerem necessários.

Evidentemente, há que se levar em conta o contexto político que o país se encontra em pleno século XXI. Direitos que haviam sido conquistados foram retirados da população, dado que reflete nas políticas públicas educacionais, e que exigem dos(as) trabalhadores (ras) da educação clareza para se manter em estado de luta e “vigília” aos ataques sofridos. Ao registrarmos essa reflexão, destacamos, pontualmente, o levante intencionalmente produzido e conduzido por uma bancada de parlamentares evangélicos que capturam a sociedade civil para levantarem a bandeira de um programa intitulado “Escola Sem Partido”, e que entre outras abordagens produzem campanhas marcadas por retrocessos, e interpretações descontextualizadas e preconceituosas.

Defendemos, portanto, processos formativos implicados com a emancipação e autonomia dos (as) estudantes, e para que isso ocorra, é fundamental a compreensão dos(as) professores(as) de que os conhecimentos relacionados a vivência da sexualidade, questões étnico-raciais, gênero, entre outros, são direitos das criança e dos adolescentes, devendo a escola garantir as informações e promover a reflexão entre os(as) estudantes, para que possam sustentar suas escolhas com maior clareza.

Visto isso, fica o reconhecimento da necessidade de mais pesquisas sobre a prática da violência sexual contra crianças e adolescentes e sua interface com a escola, ressaltando que o(a) pedagogo(a) lida diretamente com a formação de sujeitos marcados(as) pelas mais variadas realidades sociais, afetivas, econômicas, etc, tendo compromisso ético e profissional de se haver com as particularidades apresentadas; bem como reforçado pela pesquisa nas revistas de Educação e Psicologia encontradas na Scielo - Scientific Electronic Library Online, entre 2015 até 2017, onde se constatou o baixo número de estudos sobre a temática.

Outro dado observado na realização do estudo se refere ao número de artigos pesquisados e produzidos por mulheres sobre a temática, ou seja, as mulheres nas suas

trajetórias de pesquisa e estudo tem se debruçado de forma mais contundente sobre o tema da violência sexual do que os homens.

Ao não se debater sobre a violência sexual, sobretudo, de crianças e adolescentes, deixamos de contribuir com ações preventivas de um problema que além de frequente, traz consequências devastadoras aos sujeitos violentados(as). Por fim, acreditamos que a academia deve garantir nas discussões sobre conhecimentos produzidos na existência humana, os avanços necessários para uma qualidade de vida a todas e todos, bem como apontando superação as mazelas humanas, sendo responsável, portanto, por pesquisas com problemáticas que estão presentes na realidade social, e a partir disso, na coletivização desses saberes à sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA. A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa: 2016.

ARROYO, Miguel G. Currículo, Território Em Disputa. 5º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto da (Orgs.). Corpo Infância: exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ARREGUY, Marília Etienne, & Coutinho, Luciana Gageiro. (2015). CONSIDERAÇÕES SOBRE AFETOS E VIOLÊNCIAS NO ESPAÇO ESCOLAR: CONVERSACIONES COM PROFESSORES. *Educação em Revista*, 31(3), 279-298. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-4698132854>

AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de. (2005). Violência doméstica: reflexões sobre o agir profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(1), 4-13. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932005000100002>

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Câmara dos Deputados. Série Legislação, 13ª edição. Edições Câmara. Brasília, 2015.

BRINO, R., & Williams, L. (2003). Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. *Interação em Psicologia*, 7(2). doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v7i2.3218>

FARAJ, Suane Pastoriza, Siqueira, Aline Cardoso, & Arpini, Dorian Mônica. (2016). Notificação da Violência: Percepções de Operadores do Direito e Conselheiros Tutelares. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(4), 907-920. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000622014>

FACCI, Marilda G. D. (2004) A periodização do desenvolvimento psicológico na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. Disponível em: https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4507/A_PeriodizaA_A_o_do_Developmimento_PsicolA_gico_na_perspectiva_de_Leontiev_Elkonin_e_Vigotski.pdf. Acesso em: 18 de Junho de 2017.

FREITAS, Ione campos Freitas. *Função Social da Escola e a Formação do Cidadão*. Disponível em: Acesso em 24 de Maio de 2015.

GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

LAZARETTI, Lucinéia Maria. (2006 - 2008) *Aprendizagem e desenvolvimento na primeira infância: destaque para os instrumentos culturais*. – PPGE-UFSCar. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2755_1378.pdf. Acesso em: 18 de Junho de 2017.

LIMA, Joana Azevêdo, & Alberto, Maria de Fátima Pereira. (2015). O Olhar de Mães acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido por suas Filhas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1157-1170. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001692013>

MINAYO, M. C. de S. (Org). (2009). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes.

MOUKACHAR, Merie Bitar, & Cirino, Sérgio Dias. (2016). POR UMA DIDÁTICA CLÍNICA: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NAS LICENCIATURAS. *Educação em Revista*, 32(3), 293-316. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-4698149854>

REGO, Teresa Cristina. Configurações Sociais e Singularidades: o impacto da escola na constituição dos sujeitos. In.: OLIVEIRA, Marta Kohl; SOUZA, Denise Trento R; REGO, Teresa Cristina. (Orgs). *Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea*. São Paulo: Editora Moderna. 2002. p.46-76.

_____. Formação Contínua de Professores como Estratégia Fundamental para a Melhoria da Qualidade do Ensino: uma reflexão crítica. In.: OLIVEIRA, Marta Kohl; SOUZA, Denise Trento R; REGO, Teresa Cristina. (Orgs). *Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea*. São Paulo: Editora Moderna. 2002. p. 234-249.

SCHERER, Edson Arthur, & Scherer, Zeyne Alves Pires. (2000). A criança maltratada: uma revisão da literatura. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 8(4), 22-29. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692000000400004>

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. 1 ed., 5ª tiragem. Editora Atlas, 1987.

VIEIRA, PRISCILA MUGNAI, & MATSUKURA, THELMA SIMÕES. (2017). Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. *Revista Brasileira de Educação*, 22(69), 453-474. <https://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017226923>

VON HOHENDORFF, Jean; Koller, Silvia Helena; Habigzang, Luísa Fernanda; (2015). Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento. *Psicologia Ciência e Profissão*, Enero-Marzo, 182-198.

XAVIER FILHA, Constantina. Violências e direitos humanos em pesquisa com crianças . **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1569-1584, dec. 2015. ISSN 1678-4634. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/109922>>. Acesso em: 16 june 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022015082229>.

XAVIER FILHA, C. (2015). Violências e direitos humanos em pesquisa com crianças . *Educação e Pesquisa*, 41(spe), 1569-1584. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022015082229>